

Flores, da OAS, admite apenas conhecer Alves e José Carlos

BRASÍLIA — O diretor de Desenvolvimento da empreiteira OAS, Marcelo dos Santos Flores, afirmou ontem em depoimento na Superintendência da Polícia Federal que a empresa jamais pagou qualquer tipo de propina a parlamentares em troca de aprovação de emendas no Orçamento. Admitiu, porém, conhecer o deputado João Alves e o ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento do Congresso José Carlos Alves dos Santos, com quem se encontrou uma vez.

A PF solicitou à OAS três listas de obras suas: as que tiveram origem em emendas de parlamentares; as do interior da Bahia; e uma relação com projetos financiados com subvenções sociais.

Marcelo Flores, que já foi indiciado por corrupção ativa no inquérito do esquema PC, afirmou na PF que manteve contato com integrantes da Comissão Mista de Orçamento e em alguns ministérios, como o da Ação Social, para saber sobre o andamento de projetos de interesse da empreiteira.

— Isto é legítimo. Não há anormalidade em uma empresa acompanhar projetos de seu interesse. Todo mundo acompanha — afirmou o advogado da OAS, Márcio Thomaz Bastos, que informou que Marcelo Flores não foi indiciado no inquérito da máfia do Orçamento.

Bastos disse ainda que a empreiteira vai processar judicialmente Cecílio Rêgo de Almeida, dono da construtora CR Almeida, por danos à imagem da OAS e por crime de calúnia e difamação. Cecílio Almeida, em entrevista à "Folha de S. Paulo", classificou a OAS como "um balcão de franchising da corrupção" e afirmou que "eles espalharam a propina pelo Brasil".